
Potencialidades dos Noticiários Criminais Enquanto Forma de Conhecimento¹

Hendryo ANDRÉ²

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC
Universidade Positivo, Curitiba, PR

Resumo

Este artigo aborda, sob o prisma dos noticiários criminais, elementos que normativamente podem tornar o jornalismo um gênero social de conhecimento cristalizado no singular, que dialoga e rechaça princípios do saber científico e do senso comum. Mediante uma revisão bibliográfica, propõe-se uma discussão em torno de apropriações da cultura da violência por parte do campo do jornalismo. Por fim, sob a tutela do jornalismo como prática cultural, busca-se contribuir para uma concepção do campo enquanto modo de saber específico e legítimo, cuja potencialidade ultrapassa a razão científica sem jamais tê-la atingido. Avalia-se que o jornalismo contém princípios para desenvolver um novo modelo de racionalidade, ligado a não violência.

Palavras-chave: Jornalismo; noticiário criminal; cultura da violência; ciência; senso comum.

Introdução

O jornalismo do início do século XXI navega em águas turvas e agitadas em busca de um porto seguro frente a dois tipos de conhecimento que se consolidaram na modernidade como antagônicos: o *científico*, pautado pela razão, pelo rigor e pela formalidade do método (PARK, 2008); e o *senso comum*, expresso nas observações cotidianas, nas astúcias incorporadas e postas em prática pelo *homem da rua* (BERGER; LUCKMAN, 2003) ou nas “noções que implicam uma apreensão funcional e orgânica do mundo tal qual ele se apresenta” (GENRO FILHO, 1987). Além disso, a área depara-se com a incumbência de reposicionar-se como uma nova forma de conhecimento (MEDITSCH, 1997) em uma época de crise acerca da modernidade (GIDDENS, 1991, 1997) e do próprio saber científico (DUARTE JUNIOR, 2002). Parece ser exatamente na aparente contradição que o jornalismo tem de retratar o

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

² Doutorando em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do curso de Jornalismo da Universidade Positivo. E-mail: hendryoandre@gmail.com.

cotidiano por meio de elementos inusitados e da potencialidade para organizar a memória social do tempo presente que está sua capacidade de se constituir como gênero legítimo de saber.

Genro Filho (1987) defende que a ciência e o senso comum não devem ser analisados como graus distintos de acesso ao conhecimento, como prega Park (2008), pois simplesmente possuem funções sociais relevantes e distintas. “A divisão sugerida por [William] James, e assumida por Park, é redutora, pois supõe uma espécie de ‘senso comum’ isento de contradições internas, cuja função seria somente reproduzir e reforçar as relações sociais vigentes, integrar os indivíduos na sociedade” (*Ibid.*).

Dito isso e invertendo o raciocínio, o jornalismo encontraria na singularidade dos acontecimentos (GENRO FILHO, 1987) uma forma de posicionar-se como novo gênero do saber, cuja gênese estaria no combate ao desperdício das experiências sociais (SANTOS, 2002), fato que alude a um novo modo de racionalidade (*Ibid.*). Nessa linha, a singularidade de um acontecimento qualquer não se restringiria apenas aos elementos inusitados potencializados numa notícia, mas também na capacidade de se contar histórias humanizadas, com personagens que conquistem e exerçam protagonismo por meio de uma visibilidade narrativa, logo, *política* (MARTÍN-BARBERO, 2007).

É preciso reforçar ainda que a noção de “humanização da sociedade pela socialização do saber” (IJUIM, 2012, p. 121) é um elemento fundador do projeto moderno que pautou a legitimação do jornalismo enquanto campo social. Dessa forma, a humanização em jornalismo não se restringe à descoberta de figuras ímpares que ilustrem uma tendência, menos ainda se explica pela apresentação de perfis de personagens. Não há, sem dúvidas, tanto desafio em encontrar personagens que ilustrem uma situação cotidiana: o desafio está em não estereotipá-los.

Porém, a humanização é barrada pela “inevitabilidade da rotinização” que, segundo Giddens (1997) é um aspecto concernente à modernidade. Assim, observa-se, de antemão, que algumas experiências jornalísticas (sobretudo, as publicações com periodicidade mais esparsas) conseguem, por meio da humanização, construir narrativas singulares. Essas histórias marcam e questionam valores instigados tanto pelo senso

comum quanto pela ciência, produzindo uma nova forma de conhecimento, vinculada às experiências e à memória social.

Por outro lado, são hegemônicos materiais noticiosos diários que formulam e popularizam estereótipos e representam, de fato, “um microcosmo do pensamento da sociedade brasileira” (IJUIM, 2012, p. 127). A percepção desses materiais ganha contornos fortes nos noticiários criminais porque a realidade social é mediada por jornalistas que, imersos nas rotinas de produção, nem sempre têm a incumbência de “dar voz àqueles que querem se expressar, isto é, a utilização de depoimentos pelos jornalistas pode servir apenas para privilegiar determinado enquadramento da história como narrativa sobre o passado recente” (MUSSE, 2014, p. 358).

Sob uma perspectiva normativa, acredita-se que o jornalismo se constitua como um gênero de saber legítimo e autônomo a partir de alguns princípios antropocêntricos que respeitem diferentes traços culturais, tais como defende Ijuim (2012, p. 122): “afirmação da igualdade de todos os seres humanos; reconhecimento da diversidade pessoal e cultural; tendência a desenvolver o conhecimento além do que é aceito como verdade absoluta; afirmação da liberdade de ideias e crenças; e repúdio à violência”.

No entanto, o colapso moderno – ilustrado diariamente na televisão, entre outras manifestações, mediante representações da violência nos noticiários criminais – revela-se como fruto da hegemonia de um tipo de gnose de teor racionalizada, espécie de eufemismo para uma ciência essencialmente *desumanizada*. E é no foco de um saber humanizado, apropriado por elementos singulares dos acontecimentos e dos personagens – postos como personagens centrais das narrativas do tempo presente – que consiste um dos principais dilemas do jornalismo contemporâneo, e é onde parece existir também possibilidade de redenção para a área enquanto gênero de conhecimento.

Ao se apropriar da violência como um fenômeno estruturante da sociedade brasileira e com a intenção de entender as implicações e as potencialidades das narrativas criminais, este artigo busca estabelecer diálogos entre uma cultura da violência – vigente nos noticiários criminais – e a cultura da não violência que, por meio da singularidade vinculada à humanização, seria capaz de fazer com que o jornalismo se configure como uma nova forma de conhecimento.

A cultura da violência no jornalismo

Como toda forma de conhecimento pressupõe uma maneira de confrontar ou reafirmar a realidade objetiva é preciso entender os motivos pelos quais o binômio segurança-violência se tornou tão presente na cobertura noticiosa e, em seguida, ofertar subsídios que contribuam para que os noticiários criminais sejam repensados por um viés divergente da cultura da violência. A lógica do combate à cultura da violência é amplamente trabalhada na área da Educação e pode trazer diversas contribuições para o estudo dos noticiários criminais, tanto no que se refere ao entendimento da violência enquanto fenômeno social quanto, principalmente, para o que se acena à prática jornalística como uma expressão de violência simbólica. Para este estudo, parte-se de duas ideias centrais: a de que os meios de comunicação não são genuinamente os inventores da cultura da violência, mas que acabam por refratá-la de forma exponencial; e da tentativa de superação da falsa suposição de que há uma cisão explícita entre atos de violência e de civilidade, que é, no fundo, uma divisão meramente ideológica.

Em trabalho anterior (ANDRÉ, 2011) houve uma tentativa de compreensão da relação conceitual entre violência e tradição. Na ocasião não havia qualquer intenção de vincular o jornalismo a um novo modo de saber e, por conta disso, o foco do material esteve em contemplar as características pré-modernas da violência expressas pelos noticiários criminais. Por meio de um monitoramento de um programa do gênero foram elencados quatro pontos que, simultaneamente, atrelam os *líderes de opinião midiáticos* (apresentadores de programas de cunho opinativo que mesclam estratégias horizontais de comunicação ao jogo de forças da indústria cultural) a princípios da tradição pré-moderna. Esses âncoras: 1) posicionam-se como interessados em assuntos específicos de determinada comunidade discursiva, fator que faz alusão a uma tentativa de pertencimento local desses mediadores; 2) ocupam posições tidas como de referência para a resolução dos problemas elencados nos noticiários, devido à própria crença e ao ufanismo criado em torno do jornalismo no que concerne à capacidade de questionamento e enfrentamento aos poderes constituídos; 3) são carismáticos a ponto de se apropriarem de expressões vocabulares oriundas da comunidade discursiva; 4) e,

por fim, possuem informações exclusivas de outras instituições que influenciam interesses do público (*Ibid.*).

Agora a tentativa é de avançar a questão a partir de intersecções da cultura da violência, especialmente pelos princípios da modernidade – algo que, somado aos quatro fatores elencados acima, deve demonstrar as potencialidades para que o gênero jornalístico criminal possa se manifestar enquanto modo de saber singular, pautado pela abordagem da não violência. Parte-se, por ora, da presunção de que essas características não consolidaram o jornalismo enquanto forma própria de sabedoria justamente pela eminente crise no modelo de negócios, que respinga na incipiência da produção local, cuja rotina desumaniza os acontecimentos e é incapaz de gerar um jornalismo como gênero legítimo de conhecimento. Assim, mesmo com as tentativas de horizontalizar o processo comunicativo na forma de construção do endereçamento das mensagens (ANDRÉ, 2011), a lógica interna de operação da indústria cultural nos noticiários criminais impede a humanização dos relatos.

Outro ponto relevante é a *violência fundadora*, uma expressão estruturadora e estruturante de uma cultura. Para Marcondes Filho (2001), a violência fundadora é um exercício da força que se sobrepõe aos demais, sejam eles, ativos ou latentes (*Ibid.*). O autor complementa a ideia ao sugerir alguns valores que se tornaram hegemônicos na tardia modernidade à brasileira a partir de uma indústria cultural que se consolidou por matrizes fixadas “na sociedade escravocrata, no tipo de colonizador que aqui se instalou e na transposição de práticas persecutórias e perversas da metrópole, realizando-se, no século XX, por meio de traços marcadamente típicos de nação de periferia do capitalismo” (MARCONDES FILHO, 2001, p. 21).

Por conseguinte, os traços da violência fundadora erigem sobre a cultura da violência, garantindo que esse fenômeno ganhe atributos de uma linguagem organizadora, que molda “as relações de poder, de território, de autodefesa, de inclusão e exclusão e institui-se como único paradigma” (MARCONDES FILHO, 2001, p. 22). Essas termos não apenas passam a constituir uma cultura da violência como ganham novos traços no contexto da globalização do capitalismo na transição para o século XXI, quando cidadãos de todo o mundo passam a ser desafiados a lidar com as diferenças.

Como se sabe, o jornalismo desenvolve estratégias cognitivas para se aproximar do público. De um lado, essas táticas são “utilizadas em função de objetivos que não os cognitivos, como a luta comercial por audiência e o esforço político de persuasão” (MEDITSCH, 1997, p. 10), características ligadas à violência fundadora. Por outra vertente, esses artifícios são partilhados nas narrativas midiáticas por formas de endereçamento, ou seja, “ao apelar para esses dispositivos, associados ao senso comum, os programas investem numa linguagem baseada em uma espécie de conversação com a audiência como forma de se incluir nas práticas cotidianas” (OLIVEIRA, 2014, p. 24). Contudo, o teor industrial da construção das notícias é norteado por uma lógica que desumaniza. Para compreender a desumanização é preciso, por conseguinte, incorporar, de forma sucinta, alguns aportes da noção de representação social. Essa perspectiva, oriunda do campo da psicologia social, agrega dialeticamente as dimensões *pessoal*, *grupal* e, finalmente, *social*:

A produção dos saberes sociais pelos indivíduos e/ou grupos sociais é construída pela inscrição cultural destes nas tramas sociais às quais pertencem, atuam e vivem. E assim também ocorre o contrário, a sociedade recebe essa construção e a mantém mediante as relações do mundo vivido nas instituições, nos grupos, igrejas, movimentos culturais (REIS; BELLINI, 2013, p. 278).

As autoras frisam quatro propriedades das representações sociais, sendo que duas delas são extremamente oportunas para entender as configurações da cultura da violência: primeiro, o fato de que a representação é interpretada como um gênero de conhecimento que torna legível um objeto ao modelá-lo, exatamente o princípio do modo de endereçamento citado acima; segundo, que a qualificação desse saber está ligada à experiência do indivíduo em seu contexto sociocultural (*Ibid.*).

Giddens (1997) afirma que a tradição permite – seja para o bem ou para o mal – laços também com o futuro, “pois as práticas estabelecidas são utilizadas como uma maneira de se organizar o tempo futuro. O futuro é modelado sem que se tenha a necessidade de esculpi-lo como um território separado” (*Ibid.*). Como a modernização é um fenômeno essencialmente contemporâneo, acredita-se que o gênero criminal carregue umbilicalmente ranços de uma modernidade tardia, algo que não apenas dificulta a organização dos indivíduos em coletividades, mas que contrasta os princípios

de um país pré-moderno com uma pré-disposição à modernização, um ambiente favorável à hegemonia da cultura da violência.

Cultura da *não violência* no jornalismo

Conforme trabalhado, o ufanismo relativo à ciência e as próprias tecnologias oriundas dela são ideais essencialmente iluministas, que foram adaptados ao contexto brasileiro por uma forma de violência fundadora que tornou o país modernizado sem ser moderno. Com o princípio de que seria possível dominar cada vez mais a natureza a partir do desenvolvimento de um saber sistematizado, o devaneio de que a ciência seria capaz de libertar de forma plena o ser humano das amarras da ignorância a responsabilizou a ser o elo essencial para a felicidade humana. Entretanto, essa matriz utópica, que prega o conhecimento “como a dimensão simbólica do processo global de apropriação coletiva da realidade” (GENRO FILHO, 1987), esvaiu-se parcialmente e deu lugar à *exaustão* (DUARTE JUNIOR, 2002). Isso porque grandes acontecimentos históricos do século XX, em especial, ruíram boa parte dos pilares que sustentavam a era da razão antes mesmo que ela se sustentasse enquanto discurso hegemônico no Brasil. Claro que esses problemas não obliteram os avanços econômicos e sociais provenientes da ciência, mas revelam que o mundo social carece de novas formas de sabedoria e racionalidade legitimadas. Segundo Giddens (1997), o olhar relativamente fechado que a ciência tem para o mundo social ocorre “por causa – e não apesar – do conhecimento que acumulamos sobre nós mesmos e sobre o ambiente material. É um mundo em que a oportunidade e o perigo estão equilibrados em igual medida” (GIDDENS, 1997, p. 75).

Santos (2002) defende que há certo grau de miopia no pensamento racional do Ocidente, “pois a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante” (SANTOS, 2002, p. 238). Mesmo com o alto grau de especialização e de saber produzidos pela ciência, a consequência imediata disso, para o autor, é a de que a sociedade científica *desperdiça* parte relevante da riqueza social.

O interessante da abordagem do autor é o fato de que ele expõe uma série de contradições causadas pela hegemonia da razão ocidental. A mais relevante, para os efeitos deste trabalho, é o princípio – salvaguardado pela ciência moderna – que fomenta uma contração do presente ao mesmo tempo em que propõe uma expansão do futuro. Dito com outras palavras, a lógica da modernidade faz com que a sociedade volte todas as atenções para o futuro – que, invariavelmente, é importante –, mas se esqueça de viver o presente. A proposta do autor é a de inverter esse raciocínio: “expandir o presente e contrair o futuro” (SANTOS, 2002, p. 239).

Só com essa inversão seria possível conseguir reaproveitar essas informações disponíveis e desprezadas no mundo social pela ciência. Ora, se o jornalismo, em geral, contempla as notícias como transitórias, efêmeras e que tratam de eventos presentes e isolados entre si, por outro lado, ao dar ênfase à singularidade dos acontecimentos e dos personagens (humanização), as notícias perdem o viés transitório e efêmero ao valorizarem as experiências singulares do tempo presente. Nesse cenário, as notícias contribuiriam para o “registro de eventos não só para a história e para a sociologia, mas para o folclore e a literatura; [...] não apenas para as ciências sociais, mas também para as humanidades” (PARK, 2008, p. 65).

Santos (2002) explica que há hegemonia de uma razão de cunho metonímico no Ocidente, ou seja, uma forma de análise do mundo social “obcecada pela ideia da totalidade sob a forma da ordem” (*Ibid.*, p. 241). No entanto, valores tão “próximos” ao ideal de nação brasileira, como *ordem* e *progresso*, para uma totalidade de uma sociedade são incapazes de contextualizar as características inerentes às partes que formam e ultrapassam esse todo: em síntese, as partes têm vida própria na *não relação* com o todo. Isso é chamado por Santos (2002) de *sociologia das ausências*, voltada à discussão dos modos de produção da *não existência* frente à razão metonímica. Alcinhas como *ignorante*, *residual*, *inferior*, *local* e *improdutivo* formulam-se e reproduzem intolerância, exclusiva e respectivamente, à monocultura do saber (científico), à racionalização do tempo linear (noção de progresso ordenado, globalização, modernização, evolução social em fluxo contínuo), à lógica da classificação social (homem *versus* mulher, branco *versus* negro, rico *versus* pobre,

magro *versus* obeso), à lógica da escala dominante (global) e à apologia pela produtividade (crescimento econômico como meio e fim). É pertinente observar que boa parte dos noticiários criminais valorizam, pelo viés da sociologia das ausências, apenas a perspectiva local.

Acredita-se que o jornalismo possa ser um dos campos precursores na busca por um novo modo de racionalidade legítima. De antemão, uma propriedade muito particular do jornalismo enquanto forma de conhecimento é o fato de que o campo exige de seus representantes – os jornalistas – expertises para lidar com os mais variados sistemas abstratos. Giddens (1991) é o autor quem considera que a modernidade é tangenciada por sistemas abstratos, formas de saber que funcionam como “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 35). Aos jornalistas coube, historicamente, a alcunha de *especialistas em generalidades*, fator que precisa ser revisto com certa urgência, mas que alude à exigência do caráter de demiurgo que esses profissionais precisam possuir, ou seja, à capacidade que esses peritos necessitam ter para organizar o caos da realidade social.

Todas essas características da especialização tornam o campo do jornalismo cercado por fronteiras que não oferecem qualquer tipo de resistência a outros tipos de sapiência, como a ciência e o senso comum. Em outra época de grandes transformações sociais, Park (2008) aferiu à notícia o estatuto de conhecimento num período em que a cidade de Chicago passava por um intenso processo de urbanização, industrialização e recebimento de imigrantes, momento propício para entender as contradições sociais. O estabelecimento do jornalismo como uma nova forma de saber está em plena fase de florescimento, inclusive para questionar os princípios da razão metonímica. Embora ainda embrionário, o campo tem possibilidades concretas de trilhar um caminho distinto do percorrido pela ciência, conforme aponta Meditsch (1997):

É o fato de operar no campo lógico da realidade dominante que assegura ao modo de conhecimento do Jornalismo tanto a sua fragilidade quanto a sua força enquanto argumentação. É frágil, enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não pode se descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade de seu público, nele incluídos cientistas e filósofos

quando retornam à vida cotidiana vindos de seus campos finitos de significação. Em consequência, o conhecimento do jornalismo será forçosamente menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal mas, em compensação, será também menos artificial e esotérico (MEDITSCH, 1997, p. 07).

Em meio a esse leque, segundo Meditsch (1997), três abordagens circundam o jornalismo enquanto forma de conhecimento. A primeira delas é aquela que contempla a sabedoria como algo abstrato e o restringe à ciência que, próxima de uma ideologia, assume-se como a única capaz de ordenar o progresso. Nessa vertente, não haveria qualquer possibilidade de o jornalismo nos moldes atuais produzir conhecimento válido, já que a atividade jornalística apenas contribuiria “para a degradação do saber” (MEDITSCH, 1997, p. 02). Entretanto, ao voltar-se de maneira hegemônica para essa visão, o campo se afastaria das sensibilidades humanas, algo similar ao que ocorre com a ciência moderna (DUARTE JUNIOR, 2002). Logo, a crise da modernidade – seja pelo *exaurido* modelo europeu, ou ainda, pelo grau *tardio* latino-americano – é fruto de uma exaustão da ciência, mas atinge as próprias práticas cotidianas.

Uma segunda abordagem defende que o jornalismo seria uma espécie de *protociência*, ou seja, uma expressão rudimentar de sapiência e sem legitimidade por ser essencialmente mal feito (MEDITSCH, 1997). Não obstante, ao contrário da corrente anterior que não enxerga qualquer possibilidade de relevância na atividade jornalística como produtora de saberes autênticos, essa perspectiva concede ao campo um caráter funcionalista, ao enfatizar que o jornalismo tem certa utilidade. Segundo Park (2008, p. 51), “a função da notícia é orientar o homem e a sociedade no mundo real”. Essa abordagem, por si, atrela o jornalismo enquanto elemento instrumental para a proliferação dos valores da modernidade e, por isso, não dá conta das potencialidades do campo de conhecimento.

Por fim, uma terceira perspectiva converge justamente às características originais do jornalismo. Nessa adoção, o estabelecimento de vínculos entre jornalismo e ciência é secundário, quase marginal, já que o jornalismo não teria como incumbência revelar uma realidade próxima à científica, pois o jornalismo “simplesmente releva diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar” (MEDITSCH, 1997, p. 03).

Ao produzir e reproduzir saberes oriundos dele e de outras instituições, seguindo critérios de produção que valorizam a produção em tempo real, o jornalismo funciona como um grande elemento de cognição social, pois “ao se fixar na imediatividade do real, o Jornalismo opera no campo lógico do senso comum” (MEDITSCH, 1997, p. 06). Essa propriedade intrínseca ao jornalismo de criar uma coerência para o senso comum também é levantada por algumas áreas da ciência, como a antropologia e a sociologia do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 2003).

Por fim, o grande trunfo do jornalismo enquanto forma de conhecimento parece ser justamente a capacidade de socializar – e não apenas de transmitir – as experiências do mundo social (MEDITSCH, 1997).

Considerações finais

Uma notícia que aborde uma morte específica em boa parte das vezes gera mais atenção do que outra que aglutine várias. Esse princípio mostra, por um lado, a força da singularidade num acontecimento jornalístico. No entanto, a singularidade não se aplica de forma hermética: junto com ela, outro elemento parece servir de base: a humanização. Acredita-se que este princípio se adequará, ainda que com discrepâncias no tempo, no espaço e na intensidade, ao contexto do jornalismo brasileiro. Acrescenta-se, porém, que a sociedade brasileira possui características estruturais distintas da norte-americana, fato que sugere que o jornalismo daqui, que desde a década de 1930 espelha-se ao modelo estadunidense, deva trilhar caminhos alternativos.

Desse modo, como a leitura não se configura como um processo restrito ao texto escrito e como a contemporaneidade é marcada por um mundo no qual surgem inúmeras histórias, o telejornalismo funcionaria como um porto seguro para relatar – pelo viés da singularidade – a multiplicidade do mundo a partir do princípio da *não violência*. “É nesse contexto que ganham relevância as narrativas anônimas, individuais [...] que conseguem subverter o jugo da dita memória oficial, cunhada em documentos avalizados pelo poder em exercício” (MUSSE, 2014, p. 354). Caminhos para recontar essas histórias não faltam. Princípios da metodologia da história oral, que se apropria da

dimensão singular para entender a universalidade, por exemplo, podem auxiliar o jornalismo no relato de histórias humanizadas mediante personagens protagonistas.

A consequência disso é o que Ijuim (2012) chama de racionalidade criativa e emoção solidária, na qual o jornalista deve assumir uma postura voltada ao questionamento constante do mundo social, a fim de desatar nós da complexidade das experiências cotidianas. Por conseguinte, a narrativa jornalística humanizada funcionaria como uma forma de “organização do que está disperso, com as ligações do que está desconexo, rica em contexto que possa esclarecer, proporcionar compreensão. Assim, seu trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de prejulgamentos, de preconceitos e estereótipos” (IJUIM, 2012, p. 133-134).

Com este artigo pretendeu-se, mediante uma revisão bibliográfica, compreender o jornalismo enquanto gênero de conhecimento autônomo, comparando-o com dois polos do saber: o científico, ligado aos pressupostos da racionalidade moderna, e o senso comum, sapiência adquirida a partir de uma observação não sistemática da realidade. Por um lado foi possível observar que o jornalismo carrega elementos das duas formas de conhecimento sem, conquanto, reverberar para direção nenhuma – algo que alude para o fato de que a soma das disciplinas científicas com o senso comum não condiz com a realidade do que é o jornalismo. É possível perceber, com isso, que o campo pode sustentar-se como um novo gênero do conhecimento, cuja essência está na singularidade, nas apropriações de saberes que revelam elementos únicos da experiência social, a partir da humanização dos personagens.

Percebe-se que o jornalismo limita sua capacidade de revelar as conexões e contradições da realidade objetiva a partir do momento em que se reduz a bordar o pano de fundo do mundo social exclusivamente com os fios da ciência. É possível verificar que o jornalismo – enquanto novo modo de conhecimento – teria que adquirir um estatuto que vagueie entre o discurso científico e o senso comum sem, todavia, incorporar as formas de regularidade que perfazem os dois primeiros gêneros. Este trabalho tentou demonstrar que qualquer concepção que procure desenvolver uma teoria do jornalismo precisa, necessariamente, ter em mente de que este campo é, ao mesmo tempo, menos e mais que a ciência. *Menos* no sentido de funcionar como uma esfera

que surgiu exatamente para refutar o movimento de autonomização pelo qual passou a ciência, a arte, a literatura e a própria filosofia. *Mais* em função desse caminho percorrido atrair o jornalismo para as experiências objetivas e subjetivas do mundo social além da própria ciência, cujo caráter abstrato por muito tempo atrelou o conhecimento proveniente das articulações sociais com princípios das ciências da natureza, como é possível perceber nas teorias ligadas ao positivismo. Assim, o jornalismo parece ter se legitimado ao longo de toda a modernidade – e essa interpretação distingue-se quando se pensa no contexto brasileiro – como uma instituição baseada numa razão genuinamente distinta da razão científica, algo que demonstra que a modernidade está numa fase de descontinuidade porque não se aceitaram novas formas de racionalidade, além da científica.

Referências

ANDRÉ, Hendryo. Violência e tradição: os líderes de opinião midiáticos no telejornalismo opinativo regional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34., 2011, Recife. **Quem tem medo da pesquisa empírica?**. São Paulo: Intercom, 2011. p. 1 - 15. Disponível em: <<https://goo.gl/jfJ3uG>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987. Disponível em: <<https://goo.gl/Vk1FqG>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. Cap. 2. p. 73-133.

IJUIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática: Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNESP**, Bauru, v. 7, n. 2, p.117-137, ago. 2012. Quadrimestral. Disponível em: <<https://goo.gl/qrPr7K>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

MARCONDES FILHO, Ciro. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira.

Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 20-27, abr. 2001. Trimestral. Disponível em: <<https://goo.gl/yb2M3A>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Novas visibilidades políticas da cidade e visualidades narrativas da violência. **Matrizes**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 1, n. 1, p.27-39, out. 2007. Semestral. Disponível em: <<https://goo.gl/MdjRy5>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 1, n. 1, p.9-22, set. 2007. Semestral. Disponível em: <<https://goo.gl/mR1aN6>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

MUSSE, Christina Ferraz. Telejornalismo e memória: a ressignificação do passado pelas histórias de vida. In: VIZEU, Alfredo *et al* (Org.). **Telejornalismo em questão**. Florianópolis: Insular, 2014. Cap. 15. p. 351-367. (Coleção Jornalismo Audiovisual).

OLIVEIRA, Dannilo Duarte. **Jornalismo policial na televisão brasileira**: gênero e modo de endereçamento. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008. v.2. p. 51-70.

REIS, Sebastiana; BELLINI, Luzia. Representações sociais como teoria e instrumento metodológico para a pesquisa em educação ambiental. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 1, p.276-294, 2013. Semestral. Disponível em: <<https://goo.gl/hG9y3G>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63. Coimbra: outubro de 2002, p. 232-280.